

## ATA NÚMERO 41/XIII (2.ª)

25.outubro.2016 – 15h00

### 1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

### 2. Aprovação da ata

- Da reunião de 18 de outubro de 2016

### 3. Comunicações do Presidente

### 4. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior para apresentação de propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª](#) – *Aprova o Orçamento do Estado para 2017* – 15h

### 5. [Petição n.º 141/XIII \(1.ª\)](#) – apresentada por Gonçalo Faria da Silva e outros - Solicitam mais rigor, transparência e objetividade na ciência que recorre ao uso de modelos animais na investigação, maximizando o bem-estar animal e o retorno do investimento público

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputado Relator: Álvaro Batista - PSD

### 6. [Petição n.º 166/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por Paulo Alexandre Simões Ernesto - Solicita a apreciação de critérios para atribuição de Bolsas de Mérito no Ensino Superior

- Apreciação e votação do relatório final da petição
- Deputada Relatora: Inês Lamego - PS

### 7. [Proposta de Lei n.º 36/XIII/2.ª](#) – *Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017*

- Apreciação e votação do parecer
- Deputado Relator: Álvaro Batista - PSD

#### **8. [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2017**

- Apreciação e votação do parecer
- Deputado Relator: André Pinotes - PS

#### **9. Plano de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação para a 2.ª Sessão Legislativa**

- Apreciação e votação

#### **10. Outros assuntos**

#### **11. Data da próxima reunião**

2 de novembro de 2016, às 10.00 horas

---

#### **1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia**

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### **2. Aprovação da ata**

A ata da reunião de 18 de outubro de 2016 foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

#### **3. Comunicações do Presidente**

### 3.1.Data da audição do Ministro da Educação, por requerimento do GP PSD

O Presidente da Comissão referiu que o Ministro tinha proposto que a audição se realizasse no dia 7 de novembro (2.ª feira) ou no dia 8 (3.ª feira). Foi consensualizado realizá-la no dia 8, às 15h. Informou ainda que seria utilizada a grelha de tempos para audições por requerimento, de 116m e que a audição do Ministro no âmbito do Orçamento do Estado está agendada para 15 de novembro.

### 3.2.Baixa de iniciativas legislativas para nova apreciação pela Comissão, na generalidade

Na sequência da baixa à Comissão das iniciativas referidas abaixo, em 22 de outubro, para nova apreciação, pelo prazo de 45 dias, o Deputado Porfírio Silva (PS) propôs que os trabalhos inerentes fossem desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho do Ensino Especial, tendo havido acordo dos Deputados Nilza de Sena (PSD) e Ana Mesquita (PCP). Os Deputados Luís Monteiro (BE) e Ilda Araújo Novo (CDS-PP) solicitaram que a matéria fosse decidida na semana seguinte, tendo havido acordo dos restantes Grupos Parlamentares.

Projeto de Lei	329	XIII	2	<u>Acessibilidade efectiva para todos os estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior</u>	Nova apreciação comissão generalidade	2016-10-21	PAN
Projeto de Lei	321	XIII	2	<u>Isenção de propinas no primeiro e segundo ciclos de estudos no ensino superior para estudantes com deficiência</u>	Nova apreciação comissão generalidade	2016-10-21	BE

Projeto de Resolução	515	XIII	2	<u>Recomenda ao governo português que elabore um plano de acção que permita uma efectiva acessibilidade dos alunos com necessidades educativas especiais ao ensino superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	PAN
Projeto de	514	XIII	2	<u>Respostas, ao nível do ensino superior, para estudantes com</u>	Nova Baixa Comissão	2016-10-21	PEV

Resolução				<u>necessidades educativas especiais (NEE)</u>	para Discussão		
Projeto de Resolução	511	XIII	2	<u>Por um ensino público e inclusivo no Ensino Superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	PCP
Projeto de Resolução	516	XIII	2	<u>Apoio aos estudantes com necessidades educativas especiais no Ensino Superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	BE
Projeto de Resolução	358	XIII	1	<u>Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	PS
Projeto de Resolução	512	XIII	2	<u>Por uma maior inclusão dos Estudantes com Necessidades Educativas Especiais no Ensino Superior</u>	Nova Baixa Comissão para Discussão	2016-10-21	PSD

### 3.3. Grupo de Trabalho para apreciação de iniciativas na especialidade, sobre o número de alunos por turma

Tendo na reunião anterior sido deliberado constituir um Grupo de Trabalho para apreciação das iniciativas referidas abaixo, foi deliberado que a o mesmo teria a seguinte composição:

- ✓ **Coordenador:** Deputado Porfírio Silva (PS)
- ✓ PS - Deputada Odete João
- ✓ BE – Deputada Joana Mortágua
- ✓ PCP - Deputada Ana Mesquita

O PSD e o o CDS-PP ficaram de indicar posteriormente os Deputados(a) que participarão no mesmo.

- ✓ [Projeto de lei n.º 16/XIII \(1.ª\)](#) (Os Verdes) — Estipula o número máximo de alunos por turma

- ✓ [Projeto de lei n.º 148/XIII \(1.ª\)](#) (PCP) — Estabelece medidas de redução do número de alunos por turma visando a melhoria do processo de ensino-aprendizagem
- ✓ [Projeto de lei n.º 154/XIII \(1.ª\)](#) (BE) — Estabelece um número máximo de alunos por turma e por docente na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário

O Deputado Porfírio Silva (PS) propôs ainda a audição, a realizar pelo Grupo de Trabalho, do Secretário de Estado da Educação (para apresentar a estratégia/abordagem do Governo sobre a matéria e os custos associados) e do Conselho Nacional de Educação (para discutir o estudo “Organização Escolar – As Turmas”), devendo ainda solicitar-se a este que esclareça qual a previsão de custos para um retorno à situação anterior ao Despacho nº 5048-B/2013, de 12 de Abril, que aumenta os limites mínimo e máximo de alunos por turma nos diferentes ciclos e níveis de ensino. Mais propôs que as diligências se iniciem de imediato, para concretização após o término da discussão do Orçamento do Estado.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu que se devia começar pelo estabelecimento de um calendário para a decisão e, nesses termos os passos a dar e as respetivas datas. Concordou com a audição do Conselho Nacional de Educação e propôs que sejam ouvidas outras entidades, designadamente da academia, que tenham estudos sobre a relação entre a dimensão das turmas e o sucesso educativo. Indicou ainda que depois disso é relevante ouvir o Secretário de Estado da Educação sobre o assunto em geral e sobre as estimativas de impacto financeiro para os cenários decorrentes dos projetos de lei em causa.

Intervieram ainda os Deputados Luís Monteiro (BE), Ana Mesquita (PCP) e Nilza de Sena (PSD), tendo-se depois consensualizado constituir primeiro o Grupo de Trabalho e este reunir uma 1.ª vez ainda antes de 3 de novembro (data da suspensão dos trabalhos da Comissão), para equacionar as atividades a desenvolver e o respetivo calendário.

### **3.4. Relatório sobre a avaliação do acesso ao ensino superior – diagnóstico e questões para debate**

O Presidente da Comissão referiu que o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior tinha remetido o Relatório referido, de um Grupo de Trabalho com representantes das várias entidades interessadas, e solicitado a sua divulgação e o contributo da Comissão, no âmbito do debate público que se pretende abrir sobre a matéria.

Mencionou depois que o Senhor Ministro informou ainda que tinha solicitado ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado, associações de estudantes e Conselho Coordenador do Ensino Superior, que os seus

contributos para o referido debate fossem enviados até ao final do mês de novembro.

### **3.5. Pedido de audiência**

O Presidente referiu depois o pedido de audiência de Diana Carvalho Pereira, para apresentação do projeto de simplificação da atribuição de bolsas de estudo (Simplex 14 – Versão Bolsas de Estudo), tendo sido consensualizado que a mesma será presidida por um Deputado-piloto, a indicar posteriormente pelo PS.

### **3.6. Relatório da audição do peticionário da Petição 166/XIII, que contesta os critérios para atribuição de bolsas de mérito no ensino superior**

O relatório da audição do peticionário foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

### **3.7. Seminário e Conferência EPTA - Viena**

O Presidente prestou depois informações sobre 2 eventos em que tinha participado em Viena, o Seminário promovido pelo Conselho da Europa sobre o tema *Parlamentos e tecnologia, capacidades de avaliação* (em que tinham sido equacionados os mecanismos de avaliação tecnológica nos Parlamentos, para que a decisão política seja fundada no conhecimento) e a conferência EPTA (European Parliamentary Technology Assessment) sobre *O futuro do trabalho na era digital* (analisando o impacto no mercado de trabalho resultante da introdução de novas tecnologias, nomeadamente, dos *robots*), tendo informado que elaboraria um relatório sobre os mesmos.

## **4. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior para apresentação de propostas de alteração à [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2017 – 15h**

Os representantes do Sindicato, Professores Doutores Gonçalo Leite Velho, Raul Santos Jorge e Mariana Gaio Alves, referiram os elevados custos do ensino superior para as famílias, a redução das dotações orçamentais para as instituições do setor em cerca de 30% em relação ao ano de 2010 (colocando Portugal numa posição muito baixa, em comparação com outros países), enquanto o número de alunos tem subido e pediram vínculo e estabilidade para os investigadores.

Apresentaram depois as seguintes propostas, em resumo:

1. Recuperação, na legislatura, de valores orçamentais idênticos aos do ano de 2010;
2. Remuneração como agregados para os professores que adquirem o título académico respetivo, reconhecendo-se o mérito correspondente, sob pena de se criarem injustiças e não se cumprirem os rácios dos professores das várias categorias, propondo para o efeito o aditamento de um número 6 ao artigo 18.º da [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2017 e referindo que a medida terá uma expressão orçamental muito pequena;
3. Alteração da redação do n.º 1 do artigo 28.º, estabelecendo que a contratação de docentes pelas instituições de ensino superior seja feita em regime de contrato de trabalho em funções públicas e prevendo a admissão em regime de contrato por tempo indeterminado para todos os investigadores doutorados que desempenhem funções nas instituições há mais de 5 anos.

A Deputada Nilza de Sena (PSD) manifestou preocupação por as dotações do orçamento serem deficientes, por ter sido desmantelado o Programa FCT, que melhorava o emprego científico, por estar a ser utilizada uma métrica de outros países, que não é aplicável em Portugal e por se apostar nas receitas de projetos, tendo reiterado que o ensino superior tem uma retração de investimento.

O Deputado Porfírio Silva (PS) indicou que em 2015 se atingiu a maior baixa de investimento no setor. Referiu depois que o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos tinham feito referência às entradas de professores nas carreiras. Por último, considerou que falta fazer muito no emprego científico e defendeu que as bolsas de pós-doutoramento não têm essa função.

O Deputado Liís Monteiro (BE) referiu que há um problema crónico de subfinanciamento do ensino superior, informou que propõem o congelamento das propinas e indicou que divergem do PS em relação ao diploma de emprego científico, tendo pedido a apreciação parlamentar do Decreto-Lei em causa, por entenderem que os contratos deviam ser sem termo. Referiu depois que o modelo fundacional das instituições de ensino ainda precarizou mais as carreiras docentes.

Considerou ainda positiva alguma melhoria na dotação orçamental na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017 e pediu depois um comentário dos representantes do Sindicato sobre as bolsas.

A Deputada Ilda Araújo Novo (CDS-PP) referiu que a situação criada com o [Decreto-Lei n.º 57/2016](#) causa alguma perplexidade no que respeita à regulação do emprego científico e que o

Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas tinha dado conta da sua complexidade e visto alguma dificuldade na sua aplicação. Disse ainda não ter sido aberto qualquer concurso ou celebrado qualquer contrato. Indicou que também diminuíram as bolsas pós-doc em 2016 e que a Fundação para a Ciência e a Tecnologia reconhecia o atraso nas contratações e perguntou se acreditavam na eficácia nas medidas do Governo no sentido de minorar os problemas de contratação e qual era a comparação com o programa do Governo anterior “Investigador FCT”.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que consideravam o investimento no ensino público fundamental, defendendo o seu aumento e reponderação. Considerou ainda que devia haver um processo de valorização dos investigadores e a criação de uma carreira específica, para combater a precariedade do emprego científico, reiterando a necessidade de um vínculo menos precário. Por último, defendeu o reforço e alargamento dos centros de investigação.

Na sequência das questões e das observações colocadas, os representantes do Sindicato referiram o seguinte, em síntese:

1. Os valores orçamentais são muito baixos, havendo necessidade de ser revertida a situação e de negociarem com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
2. Os concursos de professores são diminutos;
3. Exige-se que as Universidades/Politécnicos obtenham receitas próprias, quando as condições de trabalho dos docentes e investigadores são deficitárias;
4. O [Decreto-Lei n.º 57/2016](#) não resolve o problema dos investigadores, baixou o nível remuneratório, introduziu discricionariedade a esse nível e mantém a precariedade;
5. Há necessidade de fazer mais no âmbito da ação social escolar;
6. As Universidades já tiveram quadros próprios de investigadores, que se perderam, pelo que o Sindicato pede novos quadros;
7. A investigação não pode fazer-se apenas com verbas vindas do exterior;
8. Os professores que publicam artigos a nível internacional, não lhes é reconhecida a agregação;
9. Os professores formam alunos e investigadores que depois vão para o estrangeiro;
10. A liberdade de ensinar e investigar é limitada pela necessidade de captar financiamento exterior;
11. Verifica-se um peso excessivo do orçamento das famílias no financiamento do ensino superior;

12. Ainda não foram abertos concursos pela FCT, por dificuldades de financiamento.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

5. [Petição n.º 141/XIII \(1.ª\)](#) – apresentada por Gonçalo Faria da Silva e outros - Solicitam mais rigor, transparência e objetividade na ciência que recorre ao uso de modelos animais na investigação, maximizando o bem-estar animal e o retorno do investimento público

A apreciação do relatório final da petição foi adiada para o dia 2 de novembro.

6. [Petição n.º 166/XIII \(1.ª\)](#) – Apresentada por Paulo Alexandre Simões Ernesto - Solicita a apreciação de critérios para atribuição de Bolsas de Mérito no Ensino Superior

A apreciação do relatório final da petição foi adiada para o dia 2 de novembro.

7. [Proposta de Lei n.º 36/XIII/2.ª](#) – Aprova as Grandes Opções do Plano para 2017

Na sequência da apresentação do parecer pelo respetivo autor, Deputado Álvaro Batista (PSD), interveio a Deputada Susana Amador (PS) realçando as grandes opções na área da educação. O parecer foi depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. [Proposta de Lei n.º 37/XIII/2.ª](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2017

A apreciação do parecer respeitante à proposta de Lei foi adiada para o dia 2 de novembro.

9. **Plano de atividades do Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação para a 2.ª Sessão Legislativa**

A Coordenadora do Grupo de Trabalho, Deputada Susana Amador (PS), indicou e justificou as atividades a desenvolver, tendo o Plano de atividades sido depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

## **10. Outros assuntos**

## **11. Data das próximas reuniões**

26 de outubro de 2016, às 14.30 horas

2 de novembro de 2016, às 15.00 horas

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17 horas e 05 minutos.

A presente ata foi aprovada na reunião da Comissão de 2 de novembro de 2016.

**O PRESIDENTE DA COMISSÃO,**

**(Alexandre Quintanilha)**

### Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha  
Amadeu Soares Albergaria  
Ana Mesquita  
Ana Rita Bessa  
André Pinotes Batista  
Emília Santos  
Ilda Araújo Novo  
João Torres  
Laura Monteiro Magalhães  
Luís Monteiro  
Margarida Mano  
Maria Augusta Santos  
Maria Germana Rocha  
Maria Manuela Tender  
Nilza de Sena  
Odete João  
Pedro Alves  
Pedro Pimpão  
Porfírio Silva  
Sandra Pontedeira  
Susana Amador  
Álvaro Batista  
António Eusébio  
Elza Pais  
Inês Lamego  
José Cesário  
Pedro Coimbra

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Joana Mortágua

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão